

Pádua, José Augusto; Carvalho, Alessandra Izabel de
A construção de um país tropical: uma apresentação da historiografia ambiental sobre o Brasil
História, Ciências, Saúde-Manguinhos, vol. 27,
nº. 4, 2020, Outubro-Dezembro, pp. 1311-1340
Casa de Oswaldo Cruz, Fundação Oswaldo Cruz

DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-59702020000500015>

Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=386165402015>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais informações do artigo
- Site da revista em [redalyc.org](https://www.redalyc.org)

A construção de um país tropical: uma apresentação da historiografia ambiental sobre o Brasil

The construction of a tropical country: a review of environmental historiography on Brazil

José Augusto Páduaⁱ

ⁱ Professor, Programa de Pós-graduação em História Social/
Universidade Federal do Rio de Janeiro.
Rio de Janeiro – RJ – Brasil
orcid.org/0000-0002-4524-5410
jpadua@terra.com.br

Alessandra Izabel de Carvalhoⁱⁱ

ⁱⁱ Professora, Programa de Pós-graduação em História/
Universidade Estadual de Ponta Grossa.
Ponta Grossa – PR – Brasil
orcid.org/0000-0003-2086-5987
ale.marumbi@gmail.com

Recebido em 16 dez. 2019.

Aprovado em 24 jan. 2020.

<http://dx.doi.org/10.1590/S0104-59702020000500015>

PÁDUA, José Augusto; CARVALHO, Alessandra Izabel de. A construção de um país tropical: apresentação da historiografia ambiental sobre o Brasil. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v.27, n.4, out.-dez. 2020, p.1311-1340.

Resumo

Este artigo apresenta uma visão geral da produção de livros sobre a história ambiental do Brasil. Da grande diversidade de temas ambientais presentes na historiografia brasileira, selecionamos os autores que de alguma forma se identificam como relacionados com a comunidade acadêmica da história ambiental. Embora a ênfase tenha sido dada aos livros autorais, buscamos ao menos mencionar as principais coletâneas produzidas no campo. Com esse mapeamento, demonstramos quais têm sido os temas e os recortes espacotemporais priorizados pelos historiadores ambientais em seus estudos sobre o Brasil. Além disso, buscamos mostrar como as lacunas ainda presentes nessa produção oferecem caminhos promissores para a futura expansão desse campo.

Palavras-chave: história ambiental; Brasil; livros autorais.

Abstract

This article provides an overview of books published on Brazilian environmental history. Among the large variety of environmental themes seen in Brazilian historiography, we selected the authors who in some way identify themselves as explicitly related to the academic environmental history community. Although the emphasis was on authored books, we sought to at least mention the principal edited books produced in the field. With this mapping, we demonstrate the themes and spatial-temporal foci prioritized by environmental historians in their studies on Brazil. Additionally, we sought to show how the gaps still existing in the literature provide promising paths for future expansion of this field.

Keywords: environmental history; Brazil; authored books.



Apesar de não existir uma definição canônica de história ambiental, existe uma institucionalidade acadêmica que veio sendo estabelecida desde a década de 1970. Pode-se dizer que a criação desse campo de investigação nasceu de inquietações e críticas teóricas em relação à leitura “flutuante” da história humana, ou seja, de que a vida social pode ser isolada do mundo biofísico no qual e por meio do qual ela acontece. Hoje a história ambiental, em sua pluralidade de abordagens e experimentações, é um campo de saber consolidado, com associações científicas, congressos e periódicos discutindo e divulgando uma produção historiográfica própria e em constante expansão.

É claro que a perspectiva de trazer o mundo para a história – analisando a trajetória humana em sua interação com a variedade de seres, elementos e dinâmicas que nele existem – está presente nos trabalhos de inúmeros historiadores, antropólogos, geógrafos etc. Temos simpatia por uma leitura ampla, aberta e *lato sensu* da história ambiental, seja em relação aos autores do passado ou do presente; no entanto, neste artigo optamos por um recorte mais *stricto sensu* da produção bibliográfica existente. Quer dizer, comentaremos apenas os trabalhos de autores que se definem de alguma maneira como conectados à comunidade acadêmica da história ambiental, mapeando sua participação em eventos e publicações do campo.

A opção por esse balizamento é, em primeiro lugar, pragmática. Seria impossível, no âmbito de um único texto, considerar todas as produções que formal ou informalmente pudessem ser incluídas nesse campo. Por outro lado, a opção pelo *stricto sensu* possui também um aspecto positivo. Permite avaliar melhor a situação dessa área específica da história ambiental sobre o Brasil, seja em seus pontos fortes ou fracos, em suas realizações e suas lacunas.¹ Consideraremos apenas a produção da história ambiental sobre o Brasil apresentada em livros autorais. Essa opção também foi essencialmente pragmática. A literatura vem crescendo muito, em grande parte por meio de artigos em periódicos, tornando impossível incluir todo esse material em um primeiro balanço. A opção por livros autorais permite, então, discutir pesquisas que atingiram certo nível de desenvolvimento e maturidade, justificando sua apresentação sob a forma de trabalhos de maior fôlego. Essa opção restritiva evidencia que nosso artigo não pretende de forma alguma ser exaustivo. É apenas uma primeira abordagem, que precisa ser complementada por outros trabalhos capazes de explorar aspectos e fontes aqui não discutidos. Mesmo no caso do recorte que adotamos, é evidente que não conseguimos identificar e comentar todos os livros produzidos sobre a história ambiental do Brasil. Isso não significa que os livros porventura não mencionados sejam de menor qualidade. Os trabalhos que serão discutidos, porém, permitem construir um quadro inicial, uma aproximação em relação ao estado atual desse campo de pesquisa. Os livros coletivos, por sua vez, já que as coletâneas vêm sendo um veículo importante para a difusão da área, serão mencionados somente para informação do leitor, buscando situá-los nas seções que estruturam o conjunto do artigo.

Para organizar o material coletado, optamos por estabelecer um número limitado de seções, com base nos temas e recortes espacetemporais que os historiadores ambientais vêm utilizando em relação ao Brasil. É apenas uma das muitas divisões possíveis. De toda forma, elegemos discutir o levantamento bibliográfico a partir dos seguintes temas: “Florestas”; “Agricultura e pecuária”; “Biodiversidade e extração da flora e fauna”; “Dinâmicas

urbanas e industriais”; “Regiões, territórios e biodiversidade”; “Pensamento ambiental e ambientalismo”.

No campo da produção bibliográfica que estamos analisando ainda não foi realizada uma tentativa de se escrever uma história ambiental geral do Brasil. No entanto, vários trabalhos começaram a produzir esforços no sentido de pensar os diferentes aspectos, ou os traços essenciais, da história ambiental de estados ou regiões brasileiras.² No campo da história ambiental brasileira como um todo, contudo, vale mencionar de antemão duas coletâneas que tiveram impacto considerável, pois realizaram um esforço no sentido de espelhar a produção recente, reunindo artigos sobre diferentes temas e regiões. Estamos nos referindo às obras *História ambiental: fronteiras, recursos naturais e conservação da natureza* e *História ambiental, volume 2: territórios, fronteiras e biodiversidade*, organizadas por Franco et al. (2012, 2016). Por fim, é importante citar dois outros esforços coletivos recentes de escopo internacional, mas que incluem o Brasil de forma relevante no contexto da América Latina e dos países que compõem os Brics: *A living past: environmental histories of modern Latin America*, organizado por John Soluri, Claudia Leal e José Augusto Pádua (2018), e *The great convergence: environmental histories of BRICS*, organizado por S. Ravi Rajan e Lise Sedrez (2018).

Florestas

A presença marcante do que hoje chamamos de Mata Atlântica e Floresta Amazônica na construção do território brasileiro garantiu que as matas não estivessem ausentes da historiografia sobre o país. Mas em geral elas apareceram de maneira indireta, à medida que os historiadores abordavam, por exemplo, as queimadas na agricultura ou as imagens da flora na produção artística. Com a obra *With broadax and firebrand: the destruction of the Brazilian Atlantic Forest*, Warren Dean (1997) inovou ao colocar a floresta, a Mata Atlântica, no centro temático de uma narrativa histórica. Hoje, passados quase 25 anos de sua publicação, é possível vislumbrar com mais clareza suas qualidades e seus problemas. O livro adotou uma perspectiva da longuíssima duração, que era incomum na historiografia brasileira, saltando por sobre as barreiras que separavam a ecologia florestal, a antropologia das populações indígenas e a história posterior à colonização europeia. A própria Mata Atlântica é entendida como uma longa história de transformações biofísicas que remontam a dezenas de milhões de anos. A presença paleoindígena e indígena, por sua vez, é percebida como uma primeira leva de invasores humanos naquele bioma florestal, borrando qualquer distinção artificial entre “pré-história” e “história”. Uma série de capítulos, por fim, tratou das grandes transformações provocadas a partir da chegada dos europeus, a segunda leva de invasores humanos, até o início da década de 1990, no país já constituído como “Brasil”. No decorrer desse longuíssimo marco temporal, elementos do conhecimento ecológico e das ciências naturais se misturaram à história econômica, social, política e cultural na construção de uma grande narrativa. Pode-se dizer, porém, que é uma narrativa clássica, evoluindo ao longo do tempo de maneira bastante linear. A novidade principal está nessa interação entre o natural e o social. Em certo sentido – considerando a grande concentração da economia e da sociedade brasileiras no domínio

desse bioma até o final do século XX –, Dean escreveu uma história do Brasil a partir da destruição da Mata Atlântica.

O livro representou uma contribuição inestimável para o desenvolvimento da história ambiental no Brasil. Os pesquisadores da área já partiram de uma grande narrativa, podendo dialogar com seus limites e possibilidades. Como era de esperar, críticas foram feitas quanto à precisão pontual de algumas de suas análises (Brannstrom, 2016). Também pode-se mencionar a desigualdade estrutural da publicação, com a segunda metade do século XX e certos espaços regionais, como o Brasil meridional, recebendo menos atenção do autor. Uma crítica importante diz respeito ao fato de Dean ter adotado uma perspectiva declencionista, de certa forma colorida pela paixão política. Em outras palavras, o livro pode ser lido como um longo protesto contra a destruição de um tesouro ecológico, caracterizando a formação da sociedade brasileira como especialmente destrutiva em termos ambientais. Essa visão é um tanto enviesada, pois a história da destruição florestal no Brasil não foi tão diferente de outros grandes processos de desflorestamento ocorridos na mesma época.

A continuidade da investigação acerca do tema foi marcada por esforços de aprofundamento de contextos espaciais e/ou temporais específicos, elaborando com mais densidade, e algumas inovações, o grande quadro que Dean delineou. José Augusto Drummond (1997), por exemplo, publicou um livro definido por um escopo geográfico mais restrito: *Devastação e preservação ambiental no Rio de Janeiro*.³ Além do recorte espacial, uma inovação importante do trabalho diz respeito à ênfase paritária na devastação e na conservação, produzindo uma leitura mais nuançada e menos declencionista da história florestal. Mas a longuíssima duração também aparece aqui, com uma análise da interação entre as populações humanas e as florestas da região ao longo de milênios. Um ponto alto da pesquisa está na análise do século XIX, quando as plantações de café ocuparam o vale do rio Paraíba do Sul, em um processo que é narrado por meio da sugestiva analogia de um exército de ocupação, com seus movimentos de vanguarda, retaguarda, formação marcial, carregamento do botim etc. Ocorre que, no mesmo registro de uma análise territorial minuciosa, é preciso explicar a existência de áreas importantes que, no coração do campo de batalha, conservaram espaços florestais suficientemente grandes para constituir, já no século XX, alguns dos principais parques nacionais brasileiros (a começar pelo mais antigo de todos, o Itatiaia, criado em 1937). É preciso então realizar uma análise das condições específicas que permitiram essas “omissões do invasor”, investigando a história territorial e institucional dessas unidades de conservação.

Também no aspecto espacial, o livro *O manguezal na história e na cultura do Brasil*, de Arthur Soffiati (2006), recortou um tipo específico de ecossistema que, apesar de possuir características muito próprias, costuma ser incluído no bioma Mata Atlântica. Em um trabalho erudito e de longo alcance, o autor discutiu vários aspectos da presença desse ecossistema na formação do país, incluindo seus usos e representações para os povos indígenas, as populações pobres, as manifestações artísticas, as obras de viajantes, a produção científica, as políticas públicas etc. Os estereótipos relacionando o mundo do mangue a um lugar feio e enlameado são desmontados por uma análise histórica em fino diálogo com as ciências naturais. Um ponto metodológico central foi o de considerar o manguezal não como palco, mas como ator. Ou seja, suas características e seus dinamismos próprios

foram importantes para moldar sua interação com a vida social, superando uma leitura passiva e fixa do mundo natural.

Outro recorte utilizado se referiu ao marco temporal, mais especificamente ao período colonial. Shawn Miller (2000) publicou um trabalho importante sobre o tema, pouco explorado, da indústria madeireira na América portuguesa: *Fruitless trees: Portuguese conservation and Brazil's colonial timber*. Apesar de a madeira ser um material básico para a infraestrutura e a produção de energia, em especial até meados do século XX, a história econômica havia quase ignorado a indústria madeireira como objeto. O livro de Miller realizou um bom levantamento documental, discutindo as condições ecológicas e os processos sociais e técnicos de extração e uso da madeira. A análise ficou prejudicada, porém, pelo fato de embasar-se em um enfoque interpretativo bastante rígido. Basicamente, as intervenções do Estado português no sentido de conservar madeiras nobres para a construção naval – proibindo a sua extração em alguns espaços do território –, assim como suas tentativas de controlar a extração, teriam no fim contribuído para incentivar a destruição florestal. Ou seja, ao coibir a livre iniciativa dos proprietários para estabelecer indústrias madeireiras privadas, o Estado teria desvalorizado as florestas e favorecido a sua queima. O autor não demonstra, contudo, que os proprietários deixariam de queimar as matas após comercializar livremente sua melhor madeira, sobretudo no contexto de uma fronteira aberta.

Um importante ponto adicional foi levantado por um trabalho de grande abrangência sobre o tema das florestas na América portuguesa: *Na presença da floresta: Mata Atlântica e história colonial*, de Diogo de Carvalho Cabral (2014). O corte de madeira não estava separado da produção agropecuária. Apesar da ausência de uma forte indústria madeireira específica, o corte era cotidiano e quase se invisibilizava no conjunto do processo de ocupação. Para Cabral – cuja investigação enveredou por inúmeros assuntos distribuídos em três grandes seções: técnicas, políticas e economia –, as florestas no período colonial não eram um espaço secundário com o qual se poderia ou não estabelecer interações. A vida cotidiana acontecia em grande parte na presença de enormes massas florestais. Essa constatação, se bem entendida, deveria mudar nossa percepção das paisagens florestais na América portuguesa. Essas florestas, por outro lado, não devem ser vistas apenas como barreiras, mas como parte integrante do sistema produtivo. O uso das cinzas obtidas pelas queimadas configurava uma forma de enriquecimento dos solos, mesmo que de relativa curta duração, que se mostrou essencial para a consolidação e ampliação territorial do conjunto do empreendimento colonial.

Um último trabalho autoral sobre a Mata Atlântica deve ser apresentado, assim como três coletâneas. O livro *Paisagens sobrepostas: índios, posseiros e fazendeiros nas matas de Itapeva (1723-1930)*, de Dora Shellard Corrêa (2013), tem um recorte diferente dos trabalhos anteriores, pois estuda uma microrregião bem definida no sudoeste do atual estado de São Paulo. O marco cronológico vai do século XVIII às primeiras décadas do XX. Sua contribuição teórica mais importante, se comparada à perspectiva de Dean acerca de uma sucessão de ocupações, foi a de ver as paisagens da região como sobrepostas. Em outras palavras, elas receberam diferentes dinâmicas de humanização que não desapareceram por completo, misturando-se em realidades espaciais híbridas. Os sertões coloniais não eram “virgens”, mas humanizados pela presença indígena. Mais tarde, indígenas aldeados, lavradores

pobres, fazendeiros, núcleos de colonização dirigida e intervenções de planejamento estatal no desenvolvimento local provocaram novas transformações nas paisagens. As novas apropriações muitas vezes negaram as paisagens anteriores, classificando-as como decadentes ou esgotadas, quando na verdade elas se sobreponham, tendo como denominador comum, mesmo que em escaras distintas, a destruição das matas pelo fogo.

A primeira das três coletâneas a mencionar retoma a grande perspectiva da história da Mata Atlântica, explorando suas diferentes facetas: *Metamorfooses florestais: culturas, ecologias e as transformações históricas da Mata Atlântica*, organizada por Diogo de Carvalho Cabral e Ana Goulart Bustamante (2016). A segunda segue a linha da delimitação geográfica mais estrita, inovando ao focalizar uma história florestal em contexto urbano: *As marcas do homem na floresta: história ambiental de um trecho da Mata Atlântica*, organizada por Rogério Ribeiro de Oliveira (2005). Os artigos tratam do maciço da Pedra Branca, na zona oeste da cidade do Rio de Janeiro, explorando diferentes aspectos de sua história em profunda simbiose com a metrópole. O terceiro trabalho adotou uma escala intermediária, discutindo um conjunto singular e carismático de florestas situadas no Brasil meridional e hoje inseridas no universo da Mata Atlântica. O livro *Fronteiras fluidas: florestas com araucárias na América Meridional*, organizado por Eunice Nodari, Miguel M.X. de Carvalho e Paulo Afonso Zarth (2018), reflete o avanço da história ambiental nas universidades do sul do país, pois coloca lado a lado duas gerações de historiadores que vêm narrando a história daquelas florestas em seus vários aspectos.

No tema das florestas, um aspecto que surpreende é o número relativamente pequeno de trabalhos autorais e coletâneas sobre a Amazônia, um complexo florestal bem maior e muito mais conhecido internacionalmente do que o da Mata Atlântica. O livro que mais se aproxima de uma narrativa geral é *The fate of the forest: developers, destroyers and defenders of the Amazon*, de Susanna Hecht e Alexander Cockburn (1990). Uma característica desse trabalho é aproximar bastante a análise histórica da luta política. Apesar de rigoroso, com dados corretos e análises sofisticadas, as minúcias da investigação do passado são secundarizadas em favor da construção de um quadro comprehensivo que ajude a iluminar os dilemas atuais da região e fortalecer o avanço de uma “ecologia da justiça”. O entendimento da luta dos povos da floresta contra o desmatamento e em favor da criação de reservas extrativistas, em particular o movimento dos seringueiros liderados por Chico Mendes, assassinado em 1988, constitui o coração e o objetivo maior do trabalho.

Os outros três livros autorais que localizamos recortam o universo amazônico de maneira mais estrita, seja no espaço ou no tempo. O trabalho mais antigo é *Os historiadores e os rios: natureza e ruína na Amazônia brasileira*, de Victor Leonardi (1999). O autor, que além de historiador é um talentoso escritor de ficção, produziu uma bela e profunda reflexão sobre o que chamou de “história social e ambiental” do baixo rio Negro, tendo como ponto de partida as ruínas da cidade de Airão. Esse antigo polo comercial, fundado no século XVII, foi sendo abandonado ao longo do século XX, especialmente a partir das crises no comércio da borracha. A imagem das ruínas de Airão é usada como indicação da complexidade e da fragilidade da ocupação da região, onde outras povoações também foram abandonadas no curso dos séculos XIX e XX. O problema é discutido com base nas várias dinâmicas de ocupação humana nas margens daqueles rios, buscando identificar as múltiplas forças

desagregadoras – do plano ambiental ao cultural – capazes de desestruturar comunidades e provocar o abandono de assentamentos.

O livro *In search of the Amazon: Brazil, the United States and the nature of a region*, de Seth Garfield (2013), adotou um recorte temporal muito interessante, centrado em meados do século XX. A Amazônia atraiu muita atenção no contexto do *boom* da borracha, de meados do século XIX ao início do XX. O mesmo pode ser dito do período entre 1970 e 2000, as chamadas décadas da destruição, quando ocorre um processo massivo de desflorestamento que se tornará um ícone da crise ambiental planetária. O período trabalhado por Garfield é muitas vezes identificado como sendo de letargia, de projetos de desenvolvimento que não se realizam em sua plenitude, incluída a tentativa economicamente malograda, embora tenha gerado importantes consequências sociais, de reerguer a produção de borracha nativa no contexto da Segunda Guerra Mundial. A tese central do trabalho é que as dinâmicas políticas e culturais presentes naquele momento, com forte presença dos EUA como contraparte internacional, ajudaram a plasmar representações da realidade amazônica que marcaram sua história posterior, inclusive os conflitos do final do século XX. O autor procurou demonstrar que a realidade amazônica veio se construindo na encruzilhada de vários confrontos, envolvendo diferentes atores e visões de mundo, em particular no que se refere à questão dos direitos fundiários.

Já o trabalho de Antoine Acker (2017), *Volkswagen in the Amazon: the tragedy of global development in modern Brazil*, mergulha de forma bastante detalhada no período das décadas da destruição. Discute o cenário político para o avanço de uma forte fronteira de desflorestamento, sobretudo o projeto geopolítico da ditadura militar em vigor entre 1964 e 1985, no sentido de integrar a floresta Amazônica a determinado modelo nacional e global de desenvolvimento. A ampla concessão de incentivos fiscais e subsídios que embasou esse projeto, sem uma real preocupação com as consequências ambientais e sociais da expansão empresarial na região, deu origem ao estudo de caso que está no eixo do trabalho: a ascensão e queda da fazenda Cristalino, uma aposta arriscada da empresa automobilística Volkswagen. A entrada surpreendente de uma empresa transnacional de base completamente industrial no mundo das queimadas e da pecuária em uma região florestal complexa ao extremo – que acabou se constituindo em um grande fracasso em termos de resultados econômicos e de imagem da empresa – revela toda a arrogância, irresponsabilidade e ignorância das condições bioculturais locais que marcaram aquele processo histórico.

Agricultura e pecuária

O mundo da agricultura e da pecuária sem dúvida foi um dos mais trabalhados pela historiografia econômica do Brasil. É claro que na vasta bibliografia existente sobre o assunto, mesmo que em menor escala do que se poderia esperar, os temas ambientais apareceram de maneira indireta. No entanto, a produção de livros autorais centrados explicitamente na história ambiental da agricultura e da pecuária é ainda modesta.

No caso da produção de açúcar, conhecemos apenas um trabalho: *The deepest wounds: a labor and environmental history of sugar in Northeast Brazil*, de Thomas D. Rogers (2010).

Trata-se, porém, de um livro abrangente e inovador, especialmente por integrar história ambiental e história do trabalho. Alguns autores, como Richard White (2013), já criticaram a falta de maior aproximação entre esses dois campos, uma vez que as relações de trabalho e produção sempre ocorrem em profunda interação com os sistemas ecológicos. Rogers discute as transformações socioambientais da Zona da Mata nordestina em uma perspectiva de longa duração, apesar de focalizar sua investigação no século XX. A interação complexa entre as dimensões sociais, culturais e ambientais aparece claramente no conceito de “paisagens de trabalho”, referindo-se ao modo como os proprietários entendiam seu domínio sobre as terras e os trabalhadores como uma unidade relacional que não se fundamentava na impessoalidade da propriedade formal. Já os trabalhadores buscavam se diferenciar da terra e encontrar um espaço para sua afirmação como sujeitos, mesmo naquele contexto que o autor denomina “paisagens de cativeiro”. O livro também discute as várias dimensões do movimento de modernização agroindustrial do açúcar, ressaltando a resistência dos trabalhadores ao processo de proletarização e à maneira como o poder estatal, em particular a partir da ditadura pós-1964, interferiu diretamente para conter os protestos trabalhistas e garantir a renovação do setor por meio do programa de álcool combustível.

A produção do café, igualmente clássica na historiografia econômica, não inspirou ainda um livro autoral, apesar das perspectivas promissoras indicadas na coletânea *Geografia histórica do café no vale do rio Paraíba do Sul*, organizada por Rogério Oliveira e Adi Lazos Ruiz (2018). Um esforço coletivo de investigação em que vários artigos adotaram um enfoque explícito de história ambiental.

O campo pujante e conflituoso da expansão da soja, especialmente no cerrado, foi trabalhado apenas em artigos. No entanto, alguns livros estão começando a discutir a emergência do agronegócio no país. Em *De agricultor a farmer: Nelson Rockefeller e a modernização da agricultura no Brasil*, Claiton Marcio da Silva (2015) discute alguns fundamentos da revolução agrícola ocorrida nas últimas décadas. Na confluência entre a história da ciência e a história ambiental, o livro mostra como a cooperação técnica norte-americana nas décadas de 1940 a 1960, em particular por meio da American International Association for Economic and Social Development, veio interagindo com instituições e atores brasileiros, não sem conflitos e fricções, no sentido de promover o modelo norte-americano de agricultura industrial como o caminho para a “modernização”. Outro trabalho, centrado em uma cultura geograficamente restrita, mas muito significativa para o estudo dos processos de modernização, é *Natureza corrigida: a história ambiental da maçã moderna no Brasil*, de Jó Klanovicz (2019). O estudo demonstra os impactos que a implementação de pomares comerciais de macieira produziu no cenário socioambiental de alguns municípios do sul do Brasil. Para que a pomicultura prosperasse, a partir da década de 1960, comportamentos, relações de trabalho e interações com a natureza tiveram que ser transformadas. À ciência e à tecnologia, com o respaldo de instituições religiosas e do poder público, caberia a tarefa de adaptar, controlar e corrigir o ambiente rural para o avanço dos pomares modernos.

No campo da pecuária, temos um livro autoral de grande importância: *Cattle in the backlands: Mato Grosso and the evolution of ranching in the Brazilian tropics*, de Robert W. Wilcox (2017). Um trabalho de fôlego que ajuda a entender como o cerrado vem se transformando

em uma grande fronteira internacional do agronegócio. Ao analisar em minúcias a dimensão ambiental da criação de gado bovino, Wilcox desconstrói o estereótipo de que a pecuária tropical não poderia competir com as regiões temperadas, sendo tecnicamente atrasada e voltada para o mercado local. Demarcando as especificidades do cerrado no contexto tropical, ele narra a transformação de uma região remota, com práticas rudimentares de criação, em um *hub* da indústria internacional a partir da interação entre fazendas locais e demandas mundiais. Ao longo da narrativa, fatores como mudanças na propriedade da terra e nas relações de trabalho são articuladas com refinadas discussões ambientais, incluindo a introdução de raças advindas dos trópicos orientais e a importância do fator densidade dos rebanhos na resiliência do setor como um todo.

Por fim, alguns trabalhos vêm sendo publicados no campo da agricultura familiar e da pequena produção. Um livro marcante é *To inherit the Earth: the landless movement and the struggle for a new Brazil*, de Angus Wright e Wendy Wolford (2003). O método de análise desenvolvido pelos autores é o de aproximar história ambiental e história biográfica, discutindo transformações socioambientais a partir da trajetória de vida de pessoas comuns e seus espaços coletivos de vida e trabalho. Em livro publicado anteriormente, em 1990, com grande repercussão, *The death of Ramón Gonzalez: the modern agricultural dilemma*, Wright (2005) buscou reconstituir a história das complexas cadeias tecnológicas e socioeconômicas do uso de pesticidas no México a partir da morte por intoxicação de um jovem camponês de Culiacán. Estratégia semelhante foi adotada no livro sobre a história do Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST). Assim, apesar da pesquisa documental ter sido importante, um aspecto fascinante do trabalho é a presença constante de narrativas da vida e do pensamento de pessoas que participaram de maneira ativa da história do MST, incluindo sua subjetividade familiar, religiosa, política etc. Uma análise histórica que vai além das discussões sociológicas a respeito de movimentos sociais para revelar, como dizia Lucien Febvre (1995, p.65), o sangue quente da história.

Os outros dois livros que coletamos possuem alcance geográfico mais restrito, discutindo a história dos agricultores familiares que participaram de dois dos inúmeros projetos de colonização dirigida implementados no Brasil a partir do século XIX. O primeiro deles, *História ambiental da colônia Ijuhy*, de Marcos Gerhardt (2009), trata de um processo mais antigo, ocorrido entre 1890 e 1930 no noroeste do Rio Grande do Sul, envolvendo basicamente caboclos, estancieiros e colonos estrangeiros. Como exemplo do amplo processo de instalação de núcleos de colonização no sul do Brasil, a história de Ijuí demonstra bem a perspectiva de progresso tão característica daquele período: era imperativo substituir o “mato” pelas áreas de cultivo. O colono era um agente da civilização. Num curto espaço de tempo, a transformação da paisagem foi acelerada, alterando a composição do ambiente com a introdução de espécies animais e vegetais consideradas mais úteis e a eliminação de outras que eram consideradas de pouca contribuição ao modelo que se pretendia. O segundo trabalho, *Inspirar amor à terra: uma história ambiental da colonização moderna no Brasil, o caso de Campo Mourão, Paraná, 1939-1964*, de Eli Bergo de Carvalho (2017), apresenta um interessante contraste. Apesar de também situar-se na parte oeste do Brasil meridional, analisa um tipo posterior de colonização dirigida, já voltada para agricultores familiares brasileiros e embebida da ideia de racionalização da agricultura nacional. Um

ponto importante do estudo é mostrar que os sertões a ser ocupados pelos colonos, o que também vale para os antigos projetos de colonização com estrangeiros, não eram o “vazio” que se pretendia. Ao contrário, eram uma “vibrante paisagem” com a presença de indígenas e caboclos que extraíam produtos florestais, além de pequenos criadores e lavradores. Os departamentos estatais de colonização, por outro lado, ao mesmo tempo que usavam uma linguagem iluminista de racionalização, pretendendo que os projetos incutiriam “amor à terra” por parte dos colonos, ignoravam em grande medida a lógica cultural e econômica própria dos agricultores convertidos em colonos – assim como os mecanismos por eles adotados para interagir ativamente com a lógica dos agentes estatais –, gerando consequências não antecipadas, como a minifundização da propriedade da terra e a degradação dos solos pela obrigação do “aproveitamento completo” dos lotes.

Biodiversidade e extração da flora e da fauna

Uma das principais características do território continental onde veio ocorrendo a construção do Brasil é a enorme biodiversidade, seja de biomas, ecossistemas ou espécies. Essa biodiversidade não se distribui de modo uniforme, existindo vários componentes ecológicos específicos das diferentes regiões. As populações humanas que vieram ocupando esses espaços desde as primeiras imigrações paleoindígenas aprenderam a utilizar muitas espécies da flora e da fauna para sua cultura material e espiritual. Alguns desses usos foram incorporados e ressignificados nos complexos regionais criados a partir da chegada dos colonizadores europeus. Um caso típico é o ato de beber a infusão da erva-mate no sul do país, uma prática cujas origens indígenas muitas vezes não são reconhecidas.

Apesar do grande potencial para que o tema seja explorado em uma perspectiva histórico-ambiental, a produção de livros autorais é ainda limitada. Algumas coletâneas de boa qualidade, no entanto, vêm sendo publicadas recentemente, abrindo espaço para o crescimento futuro dessa linha de investigação. É o caso de *Usos e circulação das plantas no Brasil e Representações da fauna no Brasil, séculos XVI-XX*, ambas organizadas por Lorelai Kury (2013, 2015). Outra coletânea importante e inovadora é *Bioses africanas no Brasil: notas de história ambiental*, organizada por Sílvio Correa (2012), que busca revisitar o tema clássico do intercâmbio ecológico transatlântico com foco nos fluxos ocorridos da África para o Brasil.

De toda forma, a região amazônica tem sido um espaço privilegiado para o início de uma produção autoral sobre o tema. O trabalho de Warren Dean (1987) *Brazil and the struggle for rubber: a study in environmental history* abriu importantes horizontes de pesquisa. O ponto fundamental foi a constatação de que processos de domesticação de plantas, que costumamos associar à história multimilenar do surgimento da agricultura, continuaram acontecendo no contexto das demandas de insumos para o mundo industrial. Um caso extraordinário é a passagem da extração da borracha das seringueiras nativas na Amazônia para seu cultivo comercial no outro extremo do planeta, na Ásia meridional. Dean analisou as peripécias no uso econômico da *Hevea brasiliensis* desde meados do século XIX até a segunda metade do século XX, situando o Brasil no centro de uma dinâmica cada vez mais global. Um dos pontos altos do trabalho, com base em minuciosa reconstituição

documental, foi desmitificar a ideia do “roubo” das sementes da seringueira por agentes ingleses. Ele revela que as elites e os governos amazônicos não cuidaram de vigiar de maneira estrita a saída das sementes, que acabaram sendo retiradas dentro dos fluxos normais do comércio na época, apesar do processo complexo que envolveu inúmeras tentativas de transplante da espécie por intermédio de uma rede de jardins botânicos, cientistas, agentes estatais e plantadores ingleses e asiáticos. Embora o estudo mostre a displicênciadas elites seringalistas no esforço para fazer a domesticação na própria Amazônia, com todos os ganhos de escala que isso acarretaria, os fatores ecológicos também foram fundamentais para explicar o sucesso das plantações apenas nos trópicos asiáticos. Ou seja, embora saudáveis na diversidade da floresta, as seringueiras plantadas como monocultura, na sua região de origem, sofriam ataques de pragas e outros inibidores da produtividade do látex. Já na Ásia, onde a seringueira era exótica, não existiam os inimigos naturais que se formaram na longa evolução da espécie em seus ecossistemas de origem.

Outros dois trabalhos que localizamos também se situam na Amazônia, um relativo à flora e outro à fauna. O livro *Do açaí ao palmito: uma história ecológica das permanências, tensões e rupturas no estuário amazônico*, de Leila Mourão (2011), tem a virtude de combinar a investigação documental com um fino trabalho de campo nas ilhas do estuário. O ponto de partida é uma análise da história dos açaizeiros e seu uso múltiplo nas culturas locais, especialmente o consumo do suco do açaí na alimentação. A autora fez uma discussão ampla, que envereda pelos aspectos biofísicos da planta e por sua forte presença nas manifestações culturais da região. Uma discussão interessante é a que contrasta o uso tradicional dos frutos no preparo do suco do açaí, que possui uma longa existência sem danificar de forma significativa os açaizeiros, com as práticas mais industriais da extração dos palmitos que, por interferirem descuidadamente na estrutura das árvores, e não apenas na retirada dos frutos, produzem danos ambientais significativos. Já o livro *A carne, a gordura e os ovos: colonização, caça e pesca na Amazônia*, de Marlon Marcel Fiori e Christian Fausto Moraes dos Santos (2015), rediscute a história da pesca dos pirarucus, tartarugas e peixes-boi nos rios amazônicos. A pesquisa se concentra no século XVIII, quando uma rica documentação, inclusive dos primeiros viajantes naturalistas, indica a adoção crescente pelos colonizadores europeus de alimentos derivados da ictiofauna local. O trabalho discute em detalhes os fatores técnicos e socioambientais que, por exemplo, ajudam a entender as vantagens da exploração da fauna fluvial em relação às caçadas de animais nas florestas em terra firme. O caráter intensivo da exploração dos peixes e das tartarugas e seus ovos, assim como dos grandes e gordurentos mamíferos fluviais da região – seja para alimentação, combustível ou outros usos –, ajudou a produzir forte redução naquela fauna então abundante.

É importante constatar que outras regiões, além da Amazônia, também começaram a ser estudadas no contexto de uma história da biodiversidade no Brasil. É o caso de *Introdução de espécies exóticas no norte fluminense: apontamentos de eco-história*, de Arthur Soffiati (2019). Apesar do recorte regional, o trabalho discute uma dinâmica de dimensão planetária, que foi a disseminação pela “globalização ocidental” de uma “biota portátil” de microrganismos, animais e plantas. Um ponto fundamental, muito bem sintetizado pelo autor, é que o mundo está presente na região selecionada de tal forma que ela só pode ser compreendida se inserida nesse mesmo mundo. Nessa confluência entre o local e

o global, o estudo focaliza a forte presença de plantas herbáceas exóticas nas planícies do norte fluminense, como nos casos da cana-de-açúcar, que é uma gramínea, e dos capins destinados à formação de pastos. Vários outros exemplos são trabalhados, como o lugar dos galos de briga na cultura local.

Pela observação dos trabalhos acima, é possível inferir o potencial existente para a pesquisa histórica sobre os usos da biodiversidade nas diferentes regiões do país. Uma dimensão que não pode deixar de ser considerada é a da interação entre usos materiais e espirituais de plantas e animais pelas diferentes etnias que participaram do processo de constituição do povo brasileiro. Um trabalho marcante nesse aspecto é *In the shadow of slavery: Africa's botanical legacy in the Atlantic world*, de Judith A. Carney e Richard Nicholas Rosomoff (2009). Carney (2001) já havia revolucionado o estudo da biogeografia histórica das Américas ao demonstrar o caráter ativo e criativo da diáspora africana, mesmo que no difícil contexto da escravidão, na introdução da cultura do arroz na região, em especial no sul dos EUA (*Black rice: the African origins of rice cultivation in the Americas*). O trabalho de Carney e Rosomoff é bem mais amplo, enfocando o conjunto do legado botânico da diáspora africana no mundo atlântico, tendo o Brasil como um de seus eixos centrais. Nesse sentido, permite entender melhor a dimensão internacional da história ambiental do país. A presença africana, sua própria humanidade, mais do que apenas mão de obra, expressou-se nos países atlânticos por meio de inúmeros fenômenos materiais e culturais. A ecologia de cada país foi essencial, pois definiu as condições para que processos de aclimatação de espécies exóticas, ou de ressignificação de espécies locais, contribuíssem para a consolidação e a afirmação de novas e ricas culturas afro-americanas.

Dinâmicas urbanas e industriais

O lento estabelecimento de paisagens tecnoindustriais no Brasil a partir do século XIX, assim como sua enorme expansão na segunda metade do século XX, não pode ser dissociado de importantes transformações territoriais e, portanto, biofísicas. Existe um enorme campo a ser explorado pela história ambiental que, a exemplo das outras temáticas, vem sendo ocupado de forma restrita. Além de alguns trabalhos sobre as cidades modernas, no entanto, encontraremos livros autorais sobre mineração, ferrovias etc. Um tópico que também merece ser desenvolvido no futuro é o dos desastres provocados por dinâmicas tecnoindustriais em diferentes situações geográficas. Uma primeira contribuição aparece na coletânea *Desastres socioambientais em Santa Catarina*, organizada por Eunice Nodari, Marcos Espíndola e Alfredo Lopes (2015).

No caso das cidades modernas, uma coletânea que explora diferentes dimensões do tema no contexto do estado de São Paulo é *Cidades paulistas: estudos de história ambiental urbana*, organizada por Janes Jorge (2015). Por outro lado, o foco dos primeiros livros autorais tem sido a interação, sempre difícil, entre os componentes do espaço biofísico e as áreas construídas, especialmente com a grande expansão das estruturas de concreto. No livro *Tietê, o rio que a cidade perdeu: São Paulo, 1890-1940*, Janes Jorge (2006) explorou as metamorfoses na relação entre a população urbana e o rio ao longo do tempo. Os ribeirinhos, canoeiros,

pescadores, extratores de lenha e argila, entre outros, que marcavam a paisagem do rio até as primeiras décadas do século XX, foram sendo afastados pela destruição das matas ciliares, pelas obras de retificação que inverteram seu curso, pelo esgoto urbano e industrial etc. O mesmo pode ser dito dos que usavam suas águas para lazer e esportes. A narrativa culmina na situação de que hoje “os moradores de São Paulo vivem afastados do rio Tietê” (Jorge, 2006, p.15). Uma história, aliás, que não é singular, porque em muitas latitudes ocorreu o mesmo fenômeno de fechamento da vida urbana para as margens dos rios e dos mares, que ficaram muitas vezes escondidas pelos espaços construídos. Em *Manguezais aracajuanos: convivendo com a devastação*, de Fernanda Cordeiro de Almeida (2010), o tema é semelhante, pois analisa o afastamento do espaço urbano em relação aos ecossistemas nativos. O livro narra com detalhes as derrubadas e aterros dos grandes manguezais que marcavam e delimitavam as fronteiras geográficas da capital de Sergipe. Uma constatação importante é que, além da expansão urbana e da especulação imobiliária, as concepções sobre o mundo natural tiveram uma relevância própria, uma vez que os manguezais foram representados, ao longo do século XX, como insalubres, pantanosos e inadequados para a paisagem urbana. Já *Cidade das mangueiras: aclimatação da mangueira e arborização dos logradouros belenenses (1616-1911)*, de Luís Otávio Airoza (2010), aborda o outro lado dessa interação entre o concreto e o verde. Discute como as autoridades municipais de Belém, sobretudo em seu “momento belle époque” a partir da renda gerada pelo comércio da borracha, decidiram disseminar grandes mangueiras pelas ruas da cidade. O objetivo, segundo a documentação analisada, foi basicamente o de produzir sombreamento. A análise, porém, faz uma notável conexão entre o local e o global a partir da “troca de biodiversidades”. Assim, as mangueiras, originadas da Índia, são reinventadas como estratégia urbanista na Amazônia, ao mesmo tempo que a população local, especialmente os mais pobres, incorporou as árvores em seu consumo cotidiano, por meio da coleta e circulação de seus frutos no espaço das ruas. Por fim, o livro *A natureza, o tempo e as marcas da ação humana: políticas públicas e ambiente em perspectiva histórica*, de Marliza Harres e Fabiano Ruckert (2015), tem como foco a relação da cidade de São Leopoldo com o rio dos Sinos. O estudo aborda as políticas sanitárias e obras de engenharia desenvolvidas pelo poder público com o intuito de mitigar o problema das enchentes. Nesse contexto, os autores também demonstram a relevância da atuação do movimento ambientalista no sentido de influenciar as diretrizes ambientais do município.

Outro aspecto possível para a análise das cidades modernas foi bem menos explorado. Trata-se do impacto do avanço tecnoindustrial sobre a existência das pessoas comuns em seus espaços de vida e trabalho. O único exemplo que encontramos foi o livro recente de Shawn Miller (2018) intitulado *The street is ours: community, the car, and the nature of public space in Rio de Janeiro*. O trabalho se vale da observação de John McNeill (2000, p.310) de os carros constituírem “forte candidato ao título de tecnologia do século XX com maiores consequências sociais e ambientais”. Miller analisa como as ruas do Centro da Cidade do Rio de Janeiro, que tradicionalmente se caracterizaram por um vibrante movimento de comércio ambulante e diferentes formas de sociabilidade, inclusive com a presença de vários tipos de animais, vieram sendo dominadas agressivamente pelos automóveis. Ao longo do século XX, por meio de uma história de choques e atropelamentos, mas também de múltiplas resistências da população e das instituições, os carros acabaram definindo grande parte

do desenho urbano. As oscilações da disputa entre espaços comuns e carros é analisada até tempos recentes, quando diferentes respostas coletivas foram implementadas: desde o fechamento legal das ruas para os automóveis, por decisão das instituições democráticas, até o bloqueio elitista da livre circulação de carros em grandes condomínios fechados.

O hibridismo das cidades enquanto espaços de confluência material e cultural, por fim, é discutido em um belo livro de Gilmar Arruda (2000) com o título *Cidades e sertões: entre a história e a memória*. O objeto da obra é a relação entre cidades e natureza em uma perspectiva geograficamente mais ampla do que no caso do rio Tietê ou dos manguezais de Aracaju. A expansão das ferrovias favoreceu o estabelecimento, nas primeiras décadas do século XX, de uma rede de pequenas cidades em áreas antes pouco ocupadas dos estados de São Paulo e Mato Grosso, criando uma dinâmica de contraste entre os sertões e as cidades como “posto avançado do progresso”. Um dos atrativos do trabalho é justamente o de fugir do espaço das grandes capitais, focalizando um momento em que paisagens sertanejas entendidas como tempo da natureza são ocupadas pelo “tempo da técnica”. Todo esse processo se manifesta por intermédio de complexas dinâmicas sociais, econômicas e ambientais, mas também de fenômenos culturais que se materializam nos mapas, nas fotografias e em diferentes formas de memória e narrativa.

Além de nas cidades, o avanço da paisagem tecnoindustrial no território brasileiro foi estudado em espaços como os da mineração. É o caso de *Meiaponte: história e meio ambiente em Goiás*, de Kelerson Costa (2013). O livro discute um episódio fascinante, ocorrido em 1887, quando moradores da cidade de Meiaponte, hoje denominada Pirenópolis, atacaram as lavras de ouro existentes em uma serra vizinha, inviabilizando a continuidade da Companhia de Mineração Goyana. A razão do conflito estava na contaminação e no assoreamento do rio das Almas, que supria a água necessária para a vida da cidade. Essa disputa entre diferentes usos da água conduz o autor a rever os processos de mineração em Goiás nos séculos XVIII e XIX, estudando relações sociais, técnicas e impactos ambientais. Por outro lado, a dinâmica da cidade é analisada nas suas relações com o mundo biofísico e nas suas práticas políticas e culturais. A atitude em relação às lavras, e ao entorno natural como um todo, não era homogênea no debate político local. Mas a exigência fundamental de água limpa levou à radicalização e ao ataque às lavras. Os mandantes foram personagens importantes da sociedade que, na tradição do mandonismo oitocentista, não chegaram a ser condenados.

Um caso diferente foi observado por José Augusto Drummond e Mariângela Pereira (2007) no livro *O Amapá nos tempos do manganês: um estudo sobre o desenvolvimento de um estado amazônico, 1943-2000*. O trabalho faz uma análise minuciosa da história biofísica e socioeconômica da região da Serra do Navio, onde a empresa Icomi, de capital transnacional, inaugurou na década de 1950 um projeto de exploração do manganês. A conclusão dos autores é que, apesar das fricções e críticas que o projeto sofreu ao longo do tempo, o impacto do desmatamento foi pequeno e a contribuição para o estado em termos de impostos e outros benefícios foi considerável. O estudo procura repensar o lugar da mineração no contexto amazônico, considerando ser uma atividade de tempo relativamente curto e cujos prós e contras precisam ser avaliados objetivamente e com base no seu legado ambiental e social, até em termos do nível de recuperação posterior das paisagens da área que foi minerada.

No aspecto das relações entre o mundo tecnoindustrial e o clima,⁴ um primeiro trabalho autoral é o livro *Technocrats and the politics of drought and development in twentieth-century Brazil*, de Eve Buckley (2017). O livro aproxima a história ambiental da história da tecnologia, reconstituindo a longa trajetória das demandas políticas para que os problemas socioambientais dos sertões nordestinos, especialmente a relação entre a recorrência das secas e a pobreza crônica, fossem resolvidos com obras de engenharia. De fato, diversas iniciativas nesse sentido foram adotadas, como a construção de açudes etc. No entanto, a autoconfiança da tecnocracia e de suas obras contra as secas, ao ser testada na prática, chocou-se com inúmeras barreiras sociais e ambientais. A concentração fundiária e de renda, as disputas políticas das elites locais e nacionais e as consequências ambientais não antecipadas de obras públicas são alguns dos fatores analisados. O sentido geral é demonstrar os limites na eficácia da imaginação tecnológica para o enfrentamento dos problemas regionais, assim como destacar seus efeitos na vida cotidiana da população.

A mesma região Nordeste serve de cenário para outra análise recente acerca das interações entre territórios, sociedades e propostas tecnológicas. No livro *A corrida pelo rio: projetos de canais para o rio São Francisco e as disputas territoriais no Império brasileiro (1846-1886)*, Gabriel Pereira de Oliveira (2019) realiza minuciosa apreciação das disputas entre as várias províncias em relação aos planos de construção de canais naquele grande rio. A documentação revela que, mais do que levar água para as regiões afetadas pelas secas, o que movia as elites provinciais era a meta de garantir a expansão da naveabilidade comercial regular ao longo do rio, contornando as grandes declividades em alguns dos seus trechos. A disputa, além disso, passava pela construção de ferrovias que pudessem atravessar espaços em que a naveabilidade se mostrava de todo inviável. O que estava em jogo era o papel das províncias nos fluxos territoriais do Império brasileiro. Nessa disputa, os argumentos políticos e econômicos se mesclavam com uma guerra de mapas e projetos. Ou seja, diversas opções de engenharia foram projetadas sobre o mundo biofísico, todas pretendendo refletir a solução verdadeira para os problemas em debate. As várias propostas, no entanto, compartilhavam uma mesma racionalidade, na medida em que entendiam a configuração geológica da região como um desafio para a modernidade e para a conquista tecnoindustrial do território.

O último trabalho a ser discutido nesta seção adota perspectiva inovadora, pois não focaliza o avanço concreto da paisagem tecnoindustrial no Brasil do século XIX, mas sim o imaginário que se criou em torno dessa possibilidade, incluindo os debates críticos a respeito de que tecnologias seriam mais adequadas à realidade tropical. Trata-se de *Industrial forests and mechanical marvels: modernization in nineteenth-century Brazil*, de Teresa Cribelli (2016). A autora explora uma variedade de fontes: publicações científicas, registros de patentes, artigos e cartas de leitores na imprensa, anúncios públicos e obras literárias para reconstruir o debate sobre a modernização. O argumento central é que a importação de técnicas e práticas consideradas modernas na época, em particular a partir da Europa, não deve ser vista como uma simples recepção passiva e inexorável. O tema da natureza e das florestas foi sempre central, pois todas as propostas anteviam a possibilidade de explorar com mais intensidade e racionalidade a pujança natural do território, evitando a continuidade de técnicas destrutivas e atrasadas. Por outro lado, assim como em outros

países, a implementação, ou pelo menos a vontade de implementação, de técnicas industriais conviveu com a vigência de formas não capitalistas, braçais e orgânicas de produção. O domínio da escravidão, no entanto, não impediu o avanço do imaginário da industrialização e de algumas manifestações concretas de seu potencial. Mas o relativo sucesso prático da agricultura escravista e das técnicas rotineiras, como no caso das queimadas, gerava receios e resistências em relação aos riscos sociais e às dificuldades concretas para a aplicação local das inovações modernas.

Regiões, territórios e sociodiversidade

Outro campo de investigação que tem proporcionado espaços de desenvolvimento para a história ambiental diz respeito ao estudo da diversidade ecológica e cultural do território brasileiro e de suas regiões. Um aspecto adicional se refere à diversidade da própria sociedade brasileira, considerando os vários fluxos populacionais e socioculturais que lhe deram origem, sejam do mundo indígena, da África, da Europa ou de outras partes do planeta. O exame das histórias regionais e do avanço das fronteiras de ocupação está presente nas origens da história ambiental, possuindo um enorme potencial no contexto da vastidão e heterogeneidade do território brasileiro (Pádua, 2010).

A região Nordeste, com sua diversidade biofísica que vai da Mata Atlântica litorânea às Caatingas dos sertões interioranos, tem embasado uma crescente produção de história ambiental, mesmo que por enquanto centrada em coletâneas. É o caso de *Sertões adentro: viagens nas caatingas, séculos XVI a XIX*, organizada por Lorelai Kury (2012); *História ambiental: recursos naturais e povos tradicionais no semiárido nordestino*, organizada por Edson Hely Silva, Carlos Alberto Santos e Edivania Granja Oliveira (2017); *Poder, sociabilidades e ambiente*, organizada por Suzana Cavani Rosas e Patrícia Pinheiro de Melo (2012); *Natureza e cultura: capítulos de história social*, organizada por Eurípides Funes et al. (2013); *Natureza e cultura nos domínios de Clio: história, meio ambiente e questões étnicas*, organizada por André Figueiredo Rodrigues, Edson Silva e José Otávio Aguiar (2012); e *História ambiental: debates interdisciplinares*, organizada por Patrícia Pinheiro de Melo (2014). Algumas dessas coletâneas, apesar de centradas em temas da região Nordeste, abordam também objetos referentes a outras regiões.

A região Centro-Oeste, com a presença marcante dos vastos espaços dominados pelo bioma cerrado ou, em muito menor escala geográfica, pelas carismáticas paisagens do Pantanal, também motivou a publicação de coletâneas e alguns livros autorais. No primeiro caso podemos mencionar *Fronteira cerrado: sociedade e natureza no Oeste do Brasil*, organizada por Sandro Dutra e Silva et al. (2013), e *Transformações no cerrado: progresso, consumo e natureza*, organizada por José Paulo Pietrafesa e Sandro Dutra e Silva (2011).

O universo do cerrado também fundamentou três importantes trabalhos autorais. O mais antigo foi publicado ainda em 1994 por Paulo Bertran, um dos pioneiros da história ambiental no Brasil.⁵ Trata-se de *História da terra e do homem no Planalto Central: eco-história do Distrito Federal, do indígena ao colonizador*. Um ponto central do trabalho foi revelar que aquele planalto não era um espaço “vazio” onde se instalou a capital futurista do país. A imagem do sertão desocupado, não só nesse como em muitos outros casos, foi construída

pela simples distância em relação aos espaços mais povoados do litoral. Ou então, mais substantivamente, por ideologias que invisibilizaram as populações subalternas que viviam naqueles espaços, sempre identificados como domínios da “natureza”. O olhar mais atento, no entanto, reconhece as marcas do caráter antigo de sua ocupação. O livro de Bertran (1994) narra com minúcias a história da região, descrevendo as metamorfoses ocorridas no território, desde a presença de povos paleoindígenas até uma série de tópicos como a mitopoética da região na cultura bandeirante, as formas coloniais de assentamento e suas tradições alimentares, os impactos ambientais da mineração e as ricas observações dos viajantes oitocentistas. O trabalho não aborda a construção de Brasília, mas termina com as primeiras propostas de interiorização da capital no século XIX, quando o Brasil central já se delineava como horizonte de um imaginário geopolítico que acabou se consumando no final do século XX.

Outro estudo, bem mais recente, *No oeste, a terra e o céu: a expansão da fronteira agrícola no Brasil central*, de Sandro Dutra e Silva (2017), revisitou a temática da “marcha para o oeste”, que também esteve por trás da construção de Brasília. O autor revela que a política das “frentes pioneiros” nas décadas de 1930 a 1950 não se direcionou apenas para o Brasil meridional, mas para Goiás, por meio de experiências como a da Colônia Agrícola Nacional de Goiás (Cang), no município de Ceres. Um fenômeno ecológico local aparece como central para o conjunto da pesquisa: o Mato Grosso de Goiás, uma espécie de enclave de Mata Atlântica em meio ao cerrado que foi fortemente ocupado e desflorestado naquele contexto. Um ponto marcante do trabalho é desvendar as dimensões simbólicas de todo esse movimento de criação de paisagens “modernas” em oposição ao sertão. Nesse sentido, recupera e discute a trajetória de um dos personagens mais mitificados no imaginário da “marcha para o oeste”: Bernardo Sayão, o primeiro diretor da Cang e, mais tarde, o engenheiro símbolo da construção de Brasília e da estrada Belém-Brasília (onde, significativamente, morreu esmagado pela queda de uma grande árvore, reforçando a imagem de herói na luta para conquistar a “natureza selvagem” do país).

Em *As florestas anãs do sertão: o cerrado na história de Minas Gerais*, de Ricardo Ferreira Ribeiro (2005), o ponto de partida é outro recorte sub-regional dentro do Brasil central. No caso, a parte do bioma cerrado que adentra o recorte político do estado de Minas Gerais. A perspectiva temporal, porém, vai muito além dos processos de ocupação observados no século XX. Trata-se de um trabalho inclusivo e minucioso, quase enciclopédico. O livro pretende aproximar história ambiental e etnoecologia, examinando usos e representações humanas dos ecossistemas locais na longuíssima duração. As tradições paleoindígenas e indígenas são estudadas em sua diversidade cultural e linguística, examinando depois as formas pelas quais essas populações nativas foram incorporadas no complexo histórico criado a partir da expansão bandeirante e da mineração setecentista. A articulação entre o garimpo e as práticas de cultivo e pastoreio veio criando culturas sertanejas próprias, sempre interagindo com o mundo do cerrado. Os conflitos e as rebelidas presentes nas sociedades locais no século XIX, bastante autônomas em relação às instituições políticas formais, inserem-se de maneira tensa nas novas dinâmicas sociais e ambientais produzidas pela entrada do “progresso” naquele sertão. É o caso, por exemplo, da presença do discurso científico, da expansão

da paisagem tecnoindustrial (por meio de minas, ferrovias e fábricas) ou da entrada de novas práticas agrícolas empresariais.⁶

Por fim, dois outros livros autorais discutem uma região do Brasil central dotada de uma identidade ecológica específica e amplamente reconhecida: o Pantanal. O primeiro, *Biodiversidade e ocupação humana do Pantanal mato-grossense: conflitos e oportunidades*, de José Luiz Franco et al. (2013), é uma obra interdisciplinar de longo alcance que combina ecologia, história e sociologia. Após uma caracterização das especificidades do bioma, apresenta uma análise bastante detalhada dos processos de ocupação humana na longa duração, enfatizando o estabelecimento da pecuária pantaneira, com seus ritmos e práticas singulares, e as ameaças à sua continuidade devido aos processos recentes de desmatamento e assoreamento dos rios. Por fim, discute a situação atual com base em uma ampla pesquisa de campo e em uma apreciação crítica do conceito de “comunidades tradicionais”. Um tópico relevante é o da pesca turística, que está se tornando uma clara opção de geração de trabalho e renda com conservação dos ecossistemas, apesar de seus problemas e riscos potenciais. Já em *Nas margens da história: meio ambiente e ruralidade em comunidades “ribeirinhas” do Pantanal norte, 1870-1930*, Ana Carolina da Silva Borges (2010) focaliza a formação histórica e as práticas socioambientais cotidianas da população pobre – em boa parte originada de povos indígenas desterritorializados – que vivia uma relação direta e intensa com os muitos rios que cortam o bioma. O trabalho discute também as fricções entre essa população e as práticas econômicas “modernas” que se expandiram com a reabertura da navegação na bacia do rio da Prata no século XIX. Mesmo que os ribeirinhos tenham em parte se inserido nessa nova economia, a simples manutenção de seu modo de vida era entendido como um empecilho ao progresso, reforçando o desprezo das elites locais em relação a essas populações.

No caso da região Sul, com a presença de biomas como o Pampa e a Mata Atlântica, além dos trabalhos mencionados na seção sobre florestas, podem-se mencionar algumas coletâneas que vêm sendo publicadas: *História ambiental no Sul do Brasil: apropriações do mundo natural*, organizada por Jó Klanovicz, Gilmar Arruda e Ely Bergo de Carvalho (2012); *História ambiental no Rio Grande do Sul*, organizado por Elenita Pereira, Fabiano Ruckert e Neli Machado (2014); *Oeste de Santa Catarina: território, ambiente e paisagem*, organizada por Marlon Brandt e Ederson Nascimento (2015); e *História, natureza e território: imagens e narrativas*, organizado por Gilmar Arruda e Haruf Espíndola (2007). Assim como no caso do Nordeste, algumas dessas coletâneas abordaram eventualmente temas de outras regiões.

Um livro autoral sobre o Brasil meridional foi publicado por Silvio Correa e Juliana Bublitz (2006) com o título *Terra de promissão: uma introdução à eco-história da colonização do Rio Grande do Sul*. Um dos pontos fortes do trabalho é ressaltar a importância da heterogeneidade geográfica e ecológica do território quando articulada com diferentes dinâmicas sociais e econômicas. Em uma imagem superficial, as terras mais baixas, com suas estâncias de gado bovino, definem a imagem-padrão do estado, o espaço da cultura gaúcha. As terras mais altas, porém, com seus planaltos, montanhas e vales, possuem uma história intricada que também abrigou a existência de vacarias mas notabilizou-se particularmente por constituir o espaço preferencial para o estabelecimento de diferentes colônias europeias. O objetivo das oligarquias que controlavam a pecuária nas terras baixas era exatamente o de lançar

os colonos para as partes mais altas, com forte presença de matas, indígenas e caboclos, onde os territórios deveriam ser “civilizados” pelo trabalho dos europeus. Valendo-se de uma rica documentação, o livro analisa as mudanças socioambientais que ocorreram no contexto desses diferentes espaços, gerando uma visão abrangente e diversificada do extremo sul do Brasil.

No caso da região Sudeste, a produção bibliográfica específica é menor, apesar de a história da região ter sido muito abordada, de maneira indireta, nos livros dedicados à Mata Atlântica. No caso da história do estado de São Paulo, o mais industrializado do país, uma importante coletânea foi publicada com o título *História ambiental paulista: temas, fontes, métodos*, organizada por Paulo Henrique Martinez (2007). Os dois únicos livros autorais que localizamos de história ambiental do Sudeste, entretanto, referem-se a outros estados. O primeiro trata de uma sub-região de Minas Gerais, combinando, de maneira instigante, história regional, florestal e fluvial. Trata-se de *Sertão do Rio Doce*, de Haruf Salmen Espíndola (2005). Um tópico importante do trabalho diz respeito ao conceito de sertão, argumentando que “os sertões são vários” e que um de seus principais componentes não está no fato de ser um espaço “desabitado”, mas de nele estarem ausentes as “atividades que produziam para o mercado”. O autor analisa diversos aspectos do avanço das fronteiras de ocupação daquele sertão: as guerras contra os indígenas, os problemas da navegação fluvial, o quadro epidemiológico, o papel dos militares, os tipos de economia fronteiriça em sua relação com a natureza local etc. O segundo trabalho é *A planície do norte do estado do Rio de Janeiro antes e durante a ocidentalização do mundo*, de Arthur Soffiati (2018). A opção do autor foi abordar o assunto na longuíssima duração, definindo três grandes aspectos. O primeiro é a transformação das ecofisionomias da região antes da chegada dos europeus e a partir do século XVI (demonstrando que cronologia da história ambiental local diverge bastante das periodizações tradicionais de base política). A segunda é a questão da oposição entre umidade e secura, essencial para o processo histórico regional, demonstrando que a demanda por “obras de saneamento”, a partir do final do século XIX, mais do que uma preocupação com doenças, visava drenar brejos e lagoas para atender à busca de mais terras secas para a agropecuária. Por fim, realiza uma análise crítica da atuação do Departamento Nacional de Obras de Saneamento (DNOS) a partir de 1940, desconstruindo o mito de que a instituição atuou como “salvadora da região” ao corrigir a “insalubridade” de suas paisagens naturais.

Em vez de fazer recortes regionais, algumas coletâneas optaram por tematizar componentes expressivos do território, valendo-se de uma leitura transversal em relação às diversas regiões. É o caso da relação entre rios e sociedades em *A natureza dos rios: história, memória e territórios*, organizada por Gilmar Arruda (2008); *Cidades, rios e patrimônio: memórias e identidades beiradeiras*, organizada por Vanessa Brasil e Gercinair Gandara (2010); e *Natureza e cidades: o viver entre águas doces e salgadas*, organizada por Gercinair Gandara (2012). O tema do uso da água em diferentes contextos e geografias fundamentou a coletânea *A água no Brasil: conflitos, atores, práticas*, organizada por Hanna Sonkajarvi e André Vital (2019). Outra opção foi a de estimular releituras histórico-ambientais do tema tradicional dos sertões, que ocorre em *Vastos sertões: história e natureza na ciência e na literatura*, organizada por Sandro Dutra e Silva, Dominichi Miranda de Sá e Magali Romero Sá (2015).

No que se refere às dimensões ambientais da biodiversidade da população brasileira, o grande potencial de pesquisa está sendo implementado paulatinamente. A presença africana na biodiversidade brasileira ainda não gerou trabalhos autorais em uma chave de história ambiental, apesar dos horizontes abertos pelo trabalho de Carney e Rosomoff (2009) já mencionado. Sobre as populações indígenas, um centro de produção historiográfica vem sendo o Nordeste, em parte por conta dos esforços de Edson Hely Silva no sentido de aproximar história indígena e história ambiental. É o caso das coletâneas *História ambiental, história indígena e relações socioambientais no semiárido brasileiro*, organizada por Carlos Santos, Edson Hely Silva e Edivania Granja Oliveira (2018), e *História ambiental e história indígena no semiárido brasileiro*, organizada por Edson Hely Silva et al. (2016). No que diz respeito a livro autoral, porém, o único título que encontramos está relacionado com um contexto geográfico bastante diverso: *Entre as matas de araucárias: cultura e história Xokleng em Santa Catarina (1850-1914)*, de Jackson Alexsandro Peres (2014). Com foco no estudo dos hábitos culturais dos xokleng, o livro investiga como o nomadismo característico do grupo proporcionava diferentes formas de ele se relacionar com a floresta de araucárias e, sobretudo, como influenciava suas práticas da colheita de pinhão. Mas a utilização da semente do pinheiro como item fundamental na dieta alimentar não era própria apenas dos xokleng. Os kaingang, que também habitavam a região e praticavam certa mobilidade, igualmente consumiam o pinhão, o que resultava em violentas disputas étnicas pelo domínio das matas de araucária nos meses de maturação das pinhas. A relação entre terras e indígenas é, na verdade, o eixo transversal do livro que atenta para como se davam os contatos interétnicos em meio às práticas de subsistência e depois desses com os grupos não indígenas – que, a partir da Lei de Terras de 1850, começaram a intensificar sua presença na região de Santa Catarina. Embora tenha sido uma das etnias que passou a ter um contato intermitente tardio com as populações não indígenas, a cultura xokleng se modificou significativamente desde o início do século XX, e o suprimento que se buscava na biodiversidade dos pinheirais passou a depender cada vez mais da agricultura.

Por fim, o tema geral das imigrações espontâneas ou dirigidas, sobretudo a partir da Europa, tem inspirado uma produção considerável de coletâneas, notadamente por meio do esforço coletivo do Laboratório de Imigração, Migração e História Ambiental da Universidade Federal de Santa Catarina. Esse empenho já produziu três importantes publicações: *História ambiental e migrações*, organizada por Eunice Nodari e João Klug (2012); *Migrações e natureza*, organizada por Eunice Nodari e Silvio Correa (2013); e *História ambiental e migrações: diálogos*, organizada por Marcos Gerhardt, Eunice Nodari e Samira Moretto (2017).

Pensamento ambiental e ambientalismo

O último tema que observamos ter sido explorado no material coletado diz respeito à história das ideias sobre a natureza e, em sentido mais específico, sobre a destruição ambiental. Outro aspecto relevante é a passagem do discurso crítico às ações coletivas no espaço público – ou então nos espaços políticos e legislativos –, configurando uma dinâmica social que hoje costuma ser designada como “ambientalismo”. A pesquisa histórica, aliás,

foi essencial para subverter a compreensão dominante acerca do assunto nas décadas de 1960 e 1970. Imaginava-se então que a preocupação com os problemas ambientais fosse um fenômeno do final do século XX, no contexto da grande aceleração industrial do pós-guerra. A investigação dos historiadores, porém, demonstrou tratar-se de um fenômeno da modernidade em sentido bem mais amplo, pois a sensibilidade ambiental veio se desenvolvendo não nas últimas décadas, mas sim nos últimos séculos, na esteira de processos como a expansão colonial europeia, as revoluções industriais etc. É claro que a presença dessa preocupação na opinião pública e nos meios de comunicação, ou em movimentos políticos, é uma questão mais recente. Mas, no nível do debate intelectual, podemos encontrar, pelo menos desde o século XVIII, manifestações fortes de inquietação com o que hoje consideraríamos parte de uma “agenda ambiental”: desflorestamento, degradação dos solos, desaparecimento de espécies, mudanças climáticas etc. A palavra “ambientalismo” não era usada, e esse tipo de investigação, como qualquer análise histórica, envolve boa dose de qualificação retrospectiva e cuidado com o anacronismo.

No início dos anos 2000, José Augusto Pádua (2002), um dos autores do presente artigo, publicou o livro *Um sopro de destruição: pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista, 1786-1888*. A pesquisa logrou recuperar cerca de cinquenta autores no período que produziram reflexões consistentes sobre os tipos de problema que acabamos de mencionar. As raízes dessa preocupação foram encontradas no chamado iluminismo luso-brasileiro, sendo que sua síntese mais completa, em um primeiro momento, foi produzida por José Bonifácio de Andrada e Silva na década de 1820. O debate continuou bastante intenso ao longo do século XIX, dividindo-se em duas correntes. A primeira, no rastro das reflexões de Bonifácio, associava a destruição dos solos e das florestas à vigência do escravismo, desaguando na obra de abolicionistas como André Rebouças e Joaquim Nabuco. A segunda, que evitou estabelecer uma conexão direta entre destruição do mundo natural e escravismo, optou por enfatizar os aspectos tecnológicos, tendo sido cultivada em espaços como o Museu Nacional e o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Um dos argumentos centrais do trabalho foi que a cultura romântica, que tanto falou em “natureza” em um sentido genérico, esteve pouco presente no desenvolvimento daquela tradição crítica essencialmente política, cientificista e antropocêntrica. Os autores analisados não entendiam a destruição ambiental como um “preço do progresso”, mas como um “preço do atraso”, ou seja, uma consequência do domínio de tecnologias e práticas produtivas arcaicas, herdadas do passado colonial, que deveriam ser superadas pela modernização do país.

O livro *Natureza e cultura no Brasil, 1870-1922*, de Luciana Murari (2009), realiza reconstituição muito ampla das ideias a respeito da questão da natureza na passagem do período monárquico para o regime republicano. A crítica da destruição do mundo natural, apesar de estar bastante presente, não foi o foco da pesquisa. Uma das suas principais contribuições, de fato, foi mostrar o oposto, a condenação da natureza tropical e o elogio da sua conversão em paisagens civilizadas. A presença das imagens de natureza na cultura brasileira da época, apesar de intensa, foi bastante ambígua, incluindo aspectos de paraíso, identidade e opulência, mas também de excesso, hostilidade, selvageria e barreira ao progresso (ainda mais em um contexto de forte presença internacional do determinismo geográfico). Grande parte das formulações partiram de uma imagem de “guerra contra a

natureza", de conquista, de transformação necessária do território (mesmo que a cultura conservasse, na forma de arte, as belezas do rural selvagem que seriam concretamente perdidas).

Outros três livros autorais que trabalharam a história das ideias ambientais utilizaram o recorte temporal da primeira metade do século XX. No primeiro deles, *The scramble for the Amazon and the lost paradise of Euclides da Cunha*, de Susanna Hecht (2013), o ponto de partida é uma apresentação crítica e reflexiva da trajetória pessoal e intelectual de Cunha, inclusive antes de suas incursões pela região amazônica e, depois, narrando as desventuras que levaram ao seu assassinato em 1909. Sua biografia serve como uma espécie de introdução aos dilemas da intelectualidade brasileira no início do século XX. O coração da análise, porém, está no diálogo com os escritos amazônicos daquele personagem. A riqueza desse material serve de base para Hecht refletir sobre a presença da Amazônia na história global contemporânea, incluindo uma fina releitura do tema do imperialismo e da cobiça internacional pela região. Ao mesmo tempo, acompanha Cunha na discussão acerca das dinâmicas sociais e dos sofrimentos humanos que ocorriam no interior da selva, definindo os contornos do que a autora chama de uma "etnografia tropicalista" da Amazônia. O segundo trabalho, *Proteção à natureza e identidade nacional no Brasil: anos 1920-1940*, de José Luiz de Andrade Franco e José Augusto Drummond (2009), recupera um debate que ocorreu nas décadas posteriores à morte de Cunha e que vale a pena comparar com aquele analisado em *Um sopro de destruição* (Pádua, 2002). No século XIX ainda não estava bem formalizada a figura do cientista natural. O estudo da natureza, assim como a preocupação com a sua destruição, era menos condicionado pelas especializações acadêmicas. Nas primeiras décadas do século XX, ao contrário, o debate tende a ser dominado por zoólogos e botânicos, além de mais centrado em instituições científicas como o Museu Nacional ou o Instituto Butantan. Outra diferença importante é que no século XX o ideal da "conservação da natureza" ganha uma definição mais clara, até mesmo em escala internacional, com a realização de conferências e a fundação de entidades voltadas para esse propósito. Os objetivos da conservação, ao menos em parte, receberam contornos mais amplos do que a preocupação com o esgotamento dos recursos naturais, com os argumentos estéticos, biológicos etc. ganhando força. Por outro lado, reconhecer a centralidade das instituições científicas não significa afirmar que o debate estava divorciado da dimensão política. Como está indicado no próprio título, os cientistas identificavam sua crítica à destruição do mundo natural como parte de um esforço de defesa da identidade, da integridade e do progresso do Brasil. É exatamente essa dimensão política da ciência que foi trabalhada por Regina Horta Duarte (2010) em *A biologia militante: o Museu Nacional, especialização científica, divulgação do conhecimento e práticas políticas no Brasil – 1926/1945*. A autora discute até mesmo alguns dos personagens analisados por Franco e Drummond (2009). Mas seu foco é o Museu Nacional, instituição científica central do país antes da emergência de seu sistema universitário. A pesquisa revela que vários cientistas do Museu se consideravam responsáveis pelo aperfeiçoamento da sociedade, defendendo que a educação e a divulgação científica, inclusive via radiodifusão, eram essenciais para o progresso nacional. Mais ainda, eles participaram da elaboração de leis, como o Código de Caça e Pesca, e de articulações internacionais de cientistas em favor da conservação de espécies e contra a caça massiva de pássaros e outros animais. O livro também revela as fricções que podiam ocorrer entre

o tipo de política cultivado pelos cientistas, de pretensão apartidária e voltado para o “bem da nação”, e as forças políticas e governamentais concretas de um país que vivia um momento conturbado, até mesmo com revoluções e golpes de Estado.

Outro caminho possível para a investigação histórica é sair do plano dos cientistas e intelectuais para examinar as ações coletivas nascidas a partir de cidadãos engajados, de acordo com um ideário de ativismo ambientalista que crescerá significativamente no século XX. Um caso fascinante foi o de Henrique Roessler, na região de São Leopoldo (RS), que liderou em 1955 a criação da União Protetora da Natureza, uma das primeiras organizações não governamentais voltadas para o tema no país. A trajetória de Roessler foi discutida em dois livros: *A figueira e o machado: uma história das raízes do ambientalismo no sul do Brasil e a crítica ambiental de Henrique Roessler*, de Daniel Prado (2011), e *Roessler, o homem que amava a natureza*, de Elenita Malta Pereira (2013). O primeiro se vale da trajetória e dos escritos de Roessler para discutir a história ambiental do Brasil e do Rio Grande do Sul, assim como as origens do ambientalismo gaúcho, em uma perspectiva mais geral. O segundo adota a opção historiográfica de explorar de forma mais pormenorizada a biografia do personagem, incluindo sua infância, seu trabalho como funcionário público na condição de delegado florestal e sua atuação posterior à criação da entidade não governamental. Nessa última quadra, a atuação de Roessler ganhou forte dimensão pública, atuando em diversas atividades educacionais, em sentido amplo, escrevendo com frequência para a imprensa e enfrentando atores da destruição ambiental. A biografia serve de fio condutor para pensar a história regional do período, as influências intelectuais vigentes e os problemas concretos da relação com o território em um momento de crescimento da economia.

Por fim, a presença da história intelectual em nosso levantamento deve incluir alguns trabalhos iniciais que buscaram refletir a respeito da teoria da história ambiental e do próprio fazer historiográfico desse campo de investigação. É o caso de *História e natureza*, de Regina Horta Duarte (2005), *História ambiental do Brasil: pesquisa e ensino*, de Paulo Henrique Martinez (2006), e *História e meio ambiente*, de Marcos Lobato Martins (2007). O trabalho de Regina Horta Duarte é uma tentativa de divulgação, em linguagem acessível e bem informada, do olhar histórico sobre os temas ambientais. Ela se vale de exemplos desde o mundo antigo, ou da formação do Brasil, até fenômenos observados na indústria cultural e na cultura pop contemporâneas. Outro ponto importante é a análise da historiografia ambiental, discutindo a contribuição de vários autores, estrangeiros e brasileiros, sempre com o objetivo de trazer a atenção dos leitores para os atrativos dessa abordagem histórica. Já Paulo Martinez debruça-se sobre o potencial da temática ambiental para a atividade prática dos historiadores, discutindo temas teóricos – como o contraste entre as temporalidades do mundo natural e dos fenômenos sociais – e revisitando a obra de vários historiadores clássicos que não pretendiam se dedicar explicitamente ao tema, a fim de perceber de que maneira suas reflexões podem contribuir para o desenvolvimento de uma abordagem histórico-ambiental. Um ponto central é a defesa de um diálogo interdisciplinar que não secundarize as metodologias e as questões próprias da história. Os desafios da história ambiental para o ensino da história brasileira são também discutidos, focalizando um conjunto de exemplo sugestivos e pregando a necessidade de instrumentos inovadores, como os laboratórios de formação de pesquisadores. O terceiro autor, Marcos Lobato Martins,

começa seu trabalho com reflexões teóricas eruditas sobre a necessidade de a análise histórica incorporar as “questões da vida”, sobre a visão de que os movimentos da história humana e da natureza se moldam mutuamente e sobre o fato de a variedade de fontes requeridas por uma abordagem histórico-ambiental ir além dos documentos escritos. A segunda parte do livro se vale de estudos de caso, todos centrados em Minas Gerais, a fim de revelar o grande potencial da história ambiental para iluminar situações específicas de pesquisa histórica, inclusive no nível da história regional e da história colonial.

Considerações finais

O mapeamento realizado para este artigo das obras que versam sobre a história ambiental do Brasil demonstra o crescimento desse campo de investigação entre os pesquisadores brasileiros e estrangeiros, sobretudo os de língua inglesa. Ainda que tenhamos apresentado alguns livros publicados no século passado, a maioria data do século XXI. Ou seja, a produção bibliográfica desta área específica de conhecimento reflete os tempos atuais em que não é mais possível compreender a realidade sem considerar a amplitude e a força das questões ambientais com as quais temos historicamente interagido.

Em termos estatísticos, a bibliografia aqui comentada – 55 livros autorais e 30 coletâneas – dividiu-se da seguinte forma: na seção “Florestas” foram 11 livros autorais e três coletâneas; em “Agricultura e pecuária”, oito livros autorais e uma coletânea; em “Biodiversidade e extração da flora e fauna”, cinco livros autorais e três coletâneas; em “Dinâmicas urbanas e industriais”, 12 livros autorais e duas coletâneas; em “Regiões, territórios e sociodiversidade”, nove livros autorais e 21 coletâneas; e, por fim, em “Pensamento ambiental e ambientalismo” foram dez livros autorais – peculiarmente, não identificamos nenhuma coletânea com essa temática. Embora os números não demonstrem um grande desequilíbrio da produção em relação aos seis eixos organizadores que escolhemos, um olhar mais atento percebe que em cada um deles ainda existe muito espaço para novas pesquisas e/ou abordagens dos temas já tratados. Sob outra perspectiva, se temos, por um lado, uma produção significativa de Mata Atlântica e Floresta Amazônica, por outro temos um *deficit* um tanto incômodo sobre outros biomas como o Pampa e a Caatinga, por exemplo. No cômputo geral, podemos perceber que os temas urbanos e industriais ainda são um tanto minoritários em relação ao conjunto dos temas rurais e florestais. Vale lembrar, porém, que muitas teses e projetos de pesquisa sobre vários temas que foram ou não mencionados estão em andamento, gerando a expectativa concreta de que muitos novos livros de história ambiental do Brasil serão publicados no futuro próximo (além dos trabalhos que já foram publicados e não conseguimos localizar).

As fontes utilizadas nessas pesquisas foram bastante variadas, incluindo desde diversos tipos de documentação escrita até uma presença considerável de trabalhos de campo. No entanto, identificamos que há fontes ainda pouco exploradas pelos historiadores ambientais, tais como os debates e documentos do Legislativo e do Judiciário (por exemplo: processos-crime) e também a documentação produzida pelos órgãos especificamente responsáveis por gerenciar os recursos naturais.

Numa contemporaneidade pautada por relações imagéticas, estudos que priorizem a utilização de fontes iconográficas certamente serão uma grande contribuição. No

levantamento realizado, percebemos um uso limitado dessas fontes. O mesmo podemos dizer de pesquisas que busquem entrecruzar a história ambiental com o campo das artes, analisando as representações do mundo natural em pinturas, esculturas, fotografias, instalações etc., ou então com a arqueologia, investigando como os remanescentes da cultura material de populações que já habitaram o território se relacionaram com o mundo natural.

Chamamos a atenção, além disso, para um tipo de documentação que vem sendo muito utilizada pelos historiadores em geral, mas ainda não em sua potencialidade pelos historiadores ambientais: as fontes orais. Embora alguns dos livros aqui consultados tenham utilizado entrevistas em suas investigações, é fato que a metodologia da história oral ainda tem muito a contribuir nas pesquisas de história ambiental. Avaliamos que incorporar as narrativas dos caiçaras, dos quilombolas, dos indígenas, dos pequenos agricultores, dos ribeirinhos, dos assentados, enfim, desses tantos sujeitos que vivem em contato direto com a natureza e que são capazes de nos dizer por si mesmos como produzem sentido para o contexto socioambiental em que estão inseridos – entre tantas outras informações e perspectivas valiosas que não encontramos nos documentos oficiais –, pode ser um dos caminhos mais promissores para o desenvolvimento da área.

Há muito a pesquisar e escrever também sobre história ambiental urbana no sentido de romper com uma interpretação ainda dominante que isola as cidades do dinamismo do mundo natural, como se ambos não estivessem interligados numa rede de fenômenos interdependentes de fluxos energéticos, matérias, ideias, discursos e sentimentos. Também nesse contexto, a história oral pode trazer uma importante contribuição, posto que visibiliza vivências ambientais urbanas em geral ausentes da documentação escrita, como no caso dos moradores das comunidades, dos trabalhadores da reciclagem de materiais sólidos etc.

Uma abordagem que não encontramos explicitada no material mapeado foi a interface direta entre a história ambiental e os estudos de gênero. Ainda que a presença das mulheres, por exemplo, seja um elemento fundamental na experiência concreta das populações em seus espaços vividos, sejam rurais ou urbanos, a ênfase nessa dimensão ainda está por ser construída.

Por fim, em tempos de inseguranças institucionais e de obscurantismos ideológicos como os que vivemos, é fundamental que a história ambiental se expanda, se fortaleça e ajude a criar consciência histórica e ecossistêmica. Esse esforço pode contribuir para fazer da história, em seus múltiplos enfoques, um campo de investigação cada vez mais inclusivo, aberto, democrático e sensível.

AGRADECIMENTO

Este artigo de revisão historiográfica foi produzido com financiamento da Wellcome Trust.

NOTAS

¹ À medida que, nas últimas décadas, veio se expandindo a inserção de pesquisadores de história ambiental no sistema universitário, cresceu bastante o número de cadeiras de graduação e pós-graduação, de teses em andamento etc. Um importante levantamento realizado por Lise Sedrez e Eunice Nodari (2018), de base temática e quantitativa, identificou 134 pesquisadores atuando explicitamente nessa área e demonstrou

que algumas universidades começaram a se destacar como sedes de laboratórios de pesquisa e polos de formação. Foi o caso, inicialmente, da Universidade Federal de Santa Catarina, da Universidade Federal de Minas Gerais, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, da Universidade Estadual Paulista (*campus* de Assis), da Universidade de Brasília e da Universidade Federal do Ceará. Mas hoje esse quadro vem se ampliando com polos se formando na Universidade Estadual de Ponta Grossa, na Universidade Federal do Pará, na Universidade Federal de Pernambuco, Universidade Estadual do Centro-Oeste, na Universidade Federal da Fronteira Sul e em vários outros centros universitários, conforme jovens doutores vão se tornando professores e contribuindo para essa expansão.

² Essas publicações serão discutidas ou mencionadas na seção “Regiões, territórios e sociodiversidade”.

³ Vale ressaltar que, anteriormente, Drummond (1991) havia publicado um importante artigo intitulado “A história ambiental: temas, fontes e linhas de pesquisa”, que serviu de referência para o estabelecimento inicial desse campo de pesquisa no país.

⁴ Apesar de não tratar especificamente do Brasil, não queremos deixar de mencionar o livro *Um clima de incertezas: as controvérsias científicas sobre mudanças climáticas nas Revistas Science e Nature (1970-2005)*, de Roger Colacis (2017), que apresenta uma leitura histórica do debate climático mundial das últimas décadas. O trabalho demonstra que historiadores ambientais brasileiros podem escrever com competência sobre temas para além do “nacional”.

⁵ Bertran (1991) escreveu um dos primeiros artigos de história ambiental publicados no Brasil: “Desastres ambientais na capitania de Goiás”.

⁶ As reflexões do autor continuaram em um segundo volume intitulado *Sertão, lugar deserto: o cerrado na cultura de Minas Gerais* (Ribeiro, 2006). Esse trabalho não foi comentado no presente artigo por ser menos centrado na história ambiental, calcando-se em uma pesquisa de campo sobre a diversidade de usos do cerrado em comunidades contemporâneas da região.

REFERÊNCIAS

- ACKER, Antoine. *Volkswagen in the Amazon: the tragedy of global development in modern Brazil*. Cambridge: Cambridge University Press. 2017.
- AIROZA, Luis Otávio. *Cidade das mangueiras: aclimatação da mangueira e arborização dos logradouros belenenses (1616-1911)*. Belém: Editora Amazônia. 2010.
- ALMEIDA, Fernanda Cordeiro de. *Manguezais aracajuanos: convivendo com a devastação*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco; Editora Massangana. 2010.
- ARRUDA, Gilmar (Org.). *A natureza dos rios: história, memória e territórios*. Curitiba: Editora UFPR. 2008.
- ARRUDA, Gilmar. *Cidades e sertões: entre a história e a memória*. Florianópolis: Edusc. 2000.
- ARRUDA, Gilmar; ESPÍNDOLA, Haruf Salmen (Org.). *História, natureza e território*. Governador Valadares: Univale. 2007.
- BERTRAN, Paulo. *História da terra e do homem no Planalto central: eco-história do Distrito Federal, do indígena ao colonizador*. Rio de Janeiro: Editora Solo. 1994.
- BERTRAN, Paulo. Desastres ambientais na capitania de Goiás. *Ciência Hoje*, v.12, n.70, p.42-48. 1991.
- BORGES, Ana Carolina da Silva. *Nas margens da história: meio ambiente e ruralidade em comunidades “ribeirinhas” do Pantanal Norte, 1870-1930*. Cuiabá: Carlini e Caniato. 2010.
- BRANDT, Marlon; NASCIMENTO, Ederson (Org.). *Oeste de Santa Catarina: território, ambiente e paisagem*. Chapecó: UFFS; Pedro e João Editores. 2015.
- BRANNSTROM, Christian. A ferro e fogo, história ambiental e a geografia brasileira: um diálogo por inventar. *Revista Brasileira de Geografia*, v.61, n.1, p.109-125. 2016.
- BRASIL, Vanessa; GANDARA, Gercinair (Org.). *Cidades, rios e patrimônio: memórias e identidades beiradeiras*. Goiânia: PUC Goiás. 2010.
- BUCKLEY, Eve. *Technocrats and the politics of drought and development in twentieth-century Brazil*. Chapel Hill: University of North Carolina Press. 2017.
- CABRAL, Diogo de Carvalho. *Na presença da floresta: Mata Atlântica e história colonial*. Rio de Janeiro: Garamond. 2014.

- CABRAL, Diogo de Carvalho, BUSTAMANTE, Ana Goulart (Org.). *Metamorfoses florestais: culturas, ecologias e as transformações históricas da Mata Atlântica*. Curitiba: Prismas. 2016.
- CARNEY, Judith. *Black rice: the African origins of rice cultivation in the Americas*. Cambridge: Harvard University Press. 2001.
- CARNEY, Judith A.; ROSOMOFF, Richard Nicholas. *In the shadow of slavery: Africa's botanical legacy in the Atlantic world*. Oakland: University of California Press. 2009.
- CARVALHO, Eli Bergo de. *Inspirar amor à terra: uma história ambiental da colonização moderna no Brasil, o Caso de Campo Mourão, Paraná, 1939-1964*. São Paulo: Espaço Alameda. 2017.
- COLACIOS, Roger. *Um clima de incertezas: as controvérsias científicas sobre mudanças climáticas nas revistas Science e Nature (1970-2005)*. São Paulo: Humanitas. 2017.
- CORRÊA, Dora Shellard. *Paisagens sobrepostas: índios, posseiros e fazendeiros nas matas de Itapeva (1723-1930)*. Londrina: Eduel. 2013.
- CORREA, Silvio M.S. (Org.). *Bioses africanas no Brasil: notas de história ambiental*. Itajaí: Neab/Casa Aberta Editora. 2012.
- CORREA, Silvio M.S.; BUBLITZ, Juliana. *Terra de promissão: uma introdução à história da colonização do Rio Grande do Sul*. Santa Cruz do Sul: Edunisc; Passo Fundo: UPF Editora. 2006.
- COSTA, Kelerson. *Meiaponte: história e meio ambiente em Goiás*. Brasília: Paralelo 15. 2013.
- CRIBELLI, Teresa. *Industrial forests and mechanical marvels: modernization in nineteenth-century Brazil*. New York: Cambridge University Press. 2016.
- DEAN, Warren. *With broadax and firebrand: the destruction of the Brazilian Atlantic Forest*. Oakland: University of California Press. 1997.
- DEAN, Warren. *Brazil and the struggle for rubber: a study in environmental history*. Cambridge: Cambridge University Press. 1987.
- DRUMMOND, José Augusto. *Devastação e preservação ambiental no Rio de Janeiro*. Niterói: Eduff. 1997.
- DRUMMOND, José Augusto. A história ambiental: temas, fontes e linhas de pesquisa. *Estudos Históricos*, v.4, n.8, p.171-197. 1991.
- DRUMMOND, José Augusto; PEREIRA, Mariângela. *O Amapá nos tempos do manganês: um estudo sobre o desenvolvimento de um estado amazônico, 1943-2000*. Rio de Janeiro: Garamond. 2007.
- DUARTE, Regina Horta. *A biologia militante: o Museu Nacional, especialização científica, divulgação do conhecimento e práticas políticas no Brasil – 1926/1945*. Belo Horizonte: Editora da UFMG. 2010.
- DUARTE, Regina Horta. *História e natureza*. São Paulo: Autêntica. 2005.
- ESPÍNDOLA, Haruf Salmen. *Sertão do Rio Doce*. Bauru: Edusc. 2005
- FEBVRE, Lucien. *Michelet e a Renascença*. São Paulo: Página Aberta; Scritta. 1995.
- FIORI, Marlon Marcel; SANTOS, Christian Fausto Moraes dos. *A carne, a gordura e os ovos*. Porto Alegre: Edipucrs. 2015.
- FRANCO, José Luiz de Andrade; DRUMMOND, José Augusto. *Proteção à natureza e identidade nacional no Brasil: anos 1920-1940*. Rio de Janeiro: Editora da Fiocruz. 2009.
- FRANCO, José Luiz de Andrade et al. (Org.). *História ambiental, volume 2: territórios, fronteiras e biodiversidade*. Rio de Janeiro: Garamond. 2016.
- FRANCO, José Luiz de Andrade et al. (Org.). *Biodiversidade e ocupação humana do Pantanal mato-grossense: conflitos e oportunidades*. Rio de Janeiro: Garamond. 2013.
- FRANCO, José Luiz de Andrade et al. (Org.). *História ambiental: fronteiras, recursos naturais e conservação da natureza*. Rio de Janeiro: Garamond. 2012.
- FUNES, Eurípides et al. (Org.). *Natureza e cultura: capítulos de história social*. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora. 2013.
- GANDARA, Gercinair (Org.). *Natureza e cidades: o viver entre águas doces e salgadas*. Goiânia: PUC Goiás. 2012.
- GARFIELD, Seth. *In search of the Amazon: Brazil, the United States and the nature of a region*. Durham: Duke University Press. 2013.

- GERHARDT, Marcos.
História ambiental da colônia Ijuhy. Ijuí: Editora Unijuí. 2009.
- GERHARDT, Marcos; NODARI, Eunice; MORETO, Samira Peruchi (Org.).
História ambiental e migrações: diálogos. São Leopoldo: Oikos; Chapecó: UFFS. 2017.
- HARRES, Marlusa; RUCKERT, Fabiano.
A natureza, o tempo e as marcas da ação humana: políticas públicas e ambiente em perspectiva histórica. São Leopoldo: Oikos. 2015.
- HECHT, Susanna.
The scramble for the Amazon and the lost paradise of Euclides da Cunha. Chicago: University of Chicago Press. 2013.
- HECHT, Susanna; COCKBURN Alexander.
The fate of the forest: developers, destroyers and defenders of the Amazon. New York: HarperCollins. 1990.
- JORGE, Janes (Org.).
Cidades paulistas: estudos de história ambiental urbana. São Paulo: Alameda; Fapesp. 2015.
- JORGE, Janes.
Tietê, o rio que a cidade perdeu. São Paulo, 1890-1940. São Paulo: Alameda; Fapesp. 2006.
- KLANOVICZ, Jó.
Natureza corrigida: a história ambiental da maçã moderna no Brasil. Fraiburgo: Sobre o Tempo. 2019.
- KLANOVICZ, Jó; ARRUDA, Gilmar, CARVALHO, Ely Bergo de.
História ambiental no sul do Brasil: apropriações do mundo natural. São Paulo: Alameda. 2012.
- KURY, Lorelai (Org.).
Representações da fauna no Brasil, séculos XVI-XX. Rio de Janeiro: Andrea Jakobsson Estúdio Editorial. 2015.
- KURY, Lorelai (Org.).
Sertões adentro: viagens nas caatingas, séculos XVI a XIX. Rio de Janeiro: Andrea Jakobsson Estúdio Editorial. 2013.
- KURY, Lorelai (Org.).
Usos e circulação das plantas no Brasil. Rio de Janeiro: Andrea Jakobsson Estúdio Editorial. 2012.
- LEONARDI, Victor P.B.
Os historiadores e os rios: natureza e ruína na Amazônia brasileira. Brasília: Paralelo 15; Editora Universidade de Brasília. 1999.
- MARTINEZ, Paulo Henrique (Org.).
História ambiental paulista: temas, fontes, métodos. São Paulo: Senac-SP. 2007.
- MARTINEZ, Paulo Henrique.
História ambiental no Brasil: pesquisa e ensino. São Paulo: Cortez. 2006.
- MARTINS, Marcos Lobato.
História e meio ambiente. São Paulo: Annablume; Faculdades Pedro Leopoldo. 2007.
- MCNEILL, John R.
Something new under the sun: an environmental history of the twentieth-century world. New York: Norton. 2000.
- MELO, Patrícia Pinheiro de (Org.).
História ambiental: debates interdisciplinares. Recife: Edufpe. 2014.
- MILLER, Shawn.
The street is ours: community, the car, and the nature of public space in Rio de Janeiro. Cambridge: Cambridge Latin American Studies. 2018.
- MILLER, Shawn.
Fruitless trees: Portuguese conservation and Brazil's colonial timber. Stanford: Stanford University Press. 2000.
- MOURÃO, Leila.
Do açaí ao palmito: uma história ecológica das permanências, tensões e rupturas no estuário amazônico. Belém: Açaí. 2011.
- MURARI, Luciana.
Natureza e cultura no Brasil, 1870-1922. São Paulo: Espaço Alameda. 2009.
- NODARI, Eunice, CARVALHO, Miguel M.X. de; ZARTH, Paulo Afonso.
Fronteiras fluidas: florestas com araucárias na América Meridional. São Leopoldo: Oikos. 2018.
- NODARI, Eunice; CORREA, Silvio (Org.).
Migrações e natureza. São Leopoldo: Oikos. 2013.
- NODARI, Eunice; ESPÍNDOLA, Marcos; LOPES, Alfredo (Org.).
Desastres socioambientais em Santa Catarina. São Leopoldo: Oikos. 2015.
- NODARI, Eunice; KLUG, João (Org.).
História ambiental e migrações. São Leopoldo: Oikos. 2012.
- OLIVEIRA, Gabriel Pereira de.
A corrida pelo rio: projetos de canais para o rio São Francisco e as disputas territoriais no Império brasileiro (1846-1886). Recife: Fundação Joaquim Nabuco; Editora Massangana. 2019.
- OLIVEIRA, Rogério Ribeiro de.
As marcas do homem na floresta: história ambiental de um trecho da Mata Atlântica. São Paulo: Edições Loyola. 2005.

- OLIVEIRA, Rogério Ribeiro de; RUÍZ, Adi E. Lazos (Org.). *Geografia histórica do café no vale do rio Paraíba do Sul*. Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio. 2018.
- PÁDUA, José Augusto. As bases teóricas da história ambiental. *Estudos Avançados*, v.24, n.68, p.81-101. 2010.
- PÁDUA, José Augusto. *Um sopro de destruição: pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista, 1786-1888*. Rio de Janeiro: Zahar. 2002.
- PEREIRA, Elenita M. *Roessler, o homem que amava a natureza*. São Leopoldo: Oikos. 2013.
- PEREIRA, Elenita M.; RUCKERT, Fabiano; MACHADO, Neli (Org.). *História ambiental no Rio Grande do Sul*. Lajeado: Univates. 2014.
- PERES, Jackson Alexandre Peres. *Entre as Matas de Araucárias: cultura e história xokleng em Santa Catarina (1850-1914)*. Recife: Editora Ufpe. 2014.
- PIETRAFESA, José Paulo; SILVA, Sandro Dutra e. *Transformações no cerrado: progresso, consumo e natureza*. Goiânia: Editora da PUC Goiás. 2011.
- PRADO, Daniel. *A figueira e o machado: uma história das raízes do ambientalismo no sul do Brasil e a crítica ambiental de Henrique Roessler*. Rio Grande: Furg. 2011.
- RAJAN, S. Ravi; SEDREZ, Lise (Ed.). *The great convergence: environmental histories of BRICS*. New Delhi: Oxford University Press. 2018.
- RIBEIRO, Ricardo Ferreira. *Sertão, lugar deserto: o cerrado na cultura de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Autêntica. 2006.
- RIBEIRO, Ricardo Ferreira. *As florestas anãs do sertão: o cerrado na história de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Autêntica. 2005.
- RODRIGUES, André Figueiredo; SILVA, Edson; AGUIAR, José Otávio. *Natureza e cultura nos domínios de Clio: história, meio ambiente e questões étnicas*. Fortaleza: EDUFCG. 2012.
- ROGERS, Thomas D. *The deepest wounds: a labor and environmental history of sugar in Northeast Brazil*. Chapel Hill: The University of North Carolina Press. 2010.
- ROSAS, Suzana Cavani; MELO, Patrícia Pinheiro. *Poder, sociabilidades e ambiente*. Recife: Editora Universitária da Ufpe. 2012.
- SANTOS, Carlos; SILVA, Edson Hely; OLIVEIRA, Edivania Granja (Org.). *História ambiental, história indígena e relações socioambientais no semiárido brasileiro*. Paulo Afonso: Sabeh. 2018.
- SEDREZ, Lise; NODARI, Eunice. What do Brazilian environmental historians really do? An overview of research and main themes of the discipline. In: Rajan, S. Ravi; Sedrez, Lise (Ed.). *The great convergence: environmental histories of BRICS*. New Delhi: Oxford University Press. 2018.
- SILVA, Claiton Marcio da. *De agricultor a farmer: Nelson Rockefeller e a modernização da agricultura no Brasil*. Curitiba: Editora da UFPR; Guarapuava: Unicentro. 2015.
- SILVA, Edson Hely et al. (Org.). *História ambiental e história indígena no semiárido brasileiro*. Feira de Santana: Uefs Editora. 2016.
- SILVA, Edson Hely, SANTOS, Carlos Alberto, OLIVEIRA, Edivania Granja (Org.). *História ambiental: recursos naturais e povos tradicionais no semiárido nordestino*. Curitiba: Appris. 2017.
- SILVA, Sandro Dutra e. *No Oeste, a terra e o céu: a expansão da fronteira agrícola no Brasil central*. Rio de Janeiro: Maudx. 2017.
- SILVA, Sandro Dutra e et al. *Fronteira cerrado: sociedade e natureza no Oeste do Brasil*. Goiânia: Editora PUC Goiás. 2013.
- SILVA, Sandro Dutra e; SÁ, Dominichi Miranda de; SÁ, Magali Romero (Org.). *Vastos sertões: história e natureza na ciência e na literatura*. Rio de Janeiro: Mauad. 2015.
- SOFFIATI, Arthur. *Introdução de espécies exóticas no norte fluminense: apontamentos de eco-história*. Rio de Janeiro: Autografia. 2019.
- SOFFIATI, Arthur. *A planície do norte do estado do Rio de Janeiro antes e durante a ocidentalização do mundo*. Rio de Janeiro: Autografia. 2018.
- SOFFIATI, Arthur. *O manguezal na história e na cultura do Brasil*. Campos de Goytacazes: Faculdade de Direito de Campos. 2006.
- SOLURI, John; LEAL, Claudia; PÁDUA, José Augusto (Org.). *A living past: environmental histories of modern Latin America*. New York: Berghahn. 2018.

SONKAJARVI, Hanna; VITAL, André Vasques (Org.).
A água no Brasil: conflitos, atores, práticas. São Paulo: Alameda. 2019.

WHITE, Richard.
"Você é um ambientalista ou trabalha para se sustentar?": trabalho e natureza. *Topoi*, v.14, n.27. 2013.

WILCOX, Robert W.
Cattle in the backlands: Mato Grosso and the evolution of ranching in the Brazilian tropics. Austin: University of Texas Press. 2017.

WRIGHT, Angus.
The death of Ramón Gonzalez: the modern agricultural dilemma. Austin: University of Texas Press. [1990] 2005.

WRIGHT, Angus; WOLFORD, Wendy.
To inherit the Earth: the landless movement and the struggle for a new Brazil. Oakland: Food First Books. 2003.

